

MEMORIAL DE BRASÍLIA ABRE NOVO DEBATE

Senador faz críticas e diz que Comissão do DF é inoperante

O senador Itamar Franco, vice-presidente da Comissão do Distrito Federal, acusou, ontem, o governador Elmo Serejo de, através da maioria arenista no Congresso, impedir um debate amplo e aberto dos problemas enfrentados pela população de Brasília. "O Governador tem mais liberdade de ação que qualquer prefeito de cidade de interior", disse o parlamentar, acrescentando ser a Comissão do Distrito Federal no Senado inoperante na fiscalização das falhas do Governador.

Prefeito de Juiz de Fora (MG) em 1967 e em 1972, Itamar Franco explicava que qualquer mandatário deve ser acessível o suficiente para tomar conhecimento de problemas através de queixas pessoais da população. Negando-se a enumerar todos os erros e acertos do Governador, o parlamentar atribuiu a permanência de problemas — como o dos transportes coletivos — à distância em que o administrador baiano se encontrava do Planalto Central. "O problema maior é o da inadaptação com o caráter da cidade. Um Governador que vem de fora pertence a outro universo social".

Quanto à Comissão do Distrito Federal no Senado, Itamar Franco limitou-se a combater suas falhas estruturais. E lembrando o artigo constitucional que atribui ao Senado competência para discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal, condenou no Governador a atitude de não se submeter ao controle do Senado. Acusou, ainda, alguns secretários de Elmo Serejo — dos quais não pôde citar nomes — de se julgarem mais importantes que o próprio administrador.

Quanto ao Memorial de Brasília — documento reivindicador do poder governamental para um pioneiro da cidade, assinado por 54 representantes de classe — o senador Itamar Franco disse concordar com a iniciativa, mas defender, antes de tudo, a eleição direta para governadores. Itamar Franco acha um erro reivindicar governador enfreado com os problemas do povo sem exigir antes eleições populares nomeadoras do dignatário.

O que sempre defendi foram eleições diretas, democráticas, mas como isso é um sonho, acho válido que o Governador do Distrito Federal seja um brasileiro com vivência da problemática local, familiarizado com os desafios da cidade e destemido no emprego de soluções.

O Sr. sugeriria um candidato ao Governo local?

Não, porque essa sugestão cabe ao



O senador Itamar Franco critica de inoperante a comissão da qual é o vice-presidente



O vice-presidente da OAB e Associação Comercial, Maurício Correa acha elitista o Memorial de Brasília

povo. Só ao povo cabe sugerir e escolher candidatos.

— O Sr. se candidataria?

— Não, porque é muito cedo. Tenho apenas três anos de residência em Brasília e, portanto, pouca vivência de sua problemática.

REPRESENTAÇÃO LOCAL

O lançador da idéia de uma representação política para o Distrito Federal, o vice-presidente Maurício Correa, da Associação Comercial do DF, dizia ontem ser premente a instalação de uma Assembleia Legislativa na cidade. Como argumento ele lembrava terem todos os territórios brasileiros seus representantes locais.

Comentando o Memorial reivindicador de "Brasília para os Brasilienses", do qual não foi signatário, Maurício Correa afirmou:

— Consternado, vejo-o restrito a alguns setores e, segundo as palavras de um de seus líderes nos jornais e televisão, antevejo-o como canalizador de argumentos que conduzem a uma súplica pela continuação do atual Governador no Palácio do Buriti. E isto conduz ao raciocínio de que é lamentável, pelo que já vimos.

— Apesar de não-signatário do Memorial, o Sr. é favorável a escolha de um governador brasileiro?

— Quando tomei conhecimento desse movimento julguei tratar-se de uma firme posição a favor de eleições em Brasília e, até mesmo, do lançamento de uma pregação em torno do encaminhamento de modificação constitucional no sentido de se permitir que o Gover-

nador fosse eleito pelas urnas ou coonestasse esta grande arrancada nacional em prol do aperfeiçoamento democrático, em consonância com as legítimas aspirações de toda a inteligência nacional. E evidente que sou a favor da idéia da escolha de um nome de Brasília para governá-la. Mas sou também pelas eleições, pela representação política na capital e pela participação de todos, sem distinção.

— Desde quando a Associação Comercial reivindica um governador brasileiro?

— Quem tem acompanhado as atividades da Associação Comercial sabe que ela tem sido — reconhecemos — com pioneirismo, a promotora da idéia de que o Governador de Brasília deveria ser escolhido dentre um de seus homens aqui radicados e integrados com os nossos problemas, com o que se evitaria despesas com a importação de pessoas de fora, como ocorreu com a gestão atual que trouxe sobretudo da Bahia um signatário contingente para o primeiro e segundo escalões do GDF, onerando o erário municipal com passagens, mudanças, alugueis, etc. De tal modo, a idéia se enraizou no consenso da população — e essa era a finalidade — que passou a pertencer ao domínio público, como é natural.

— Como o Sr. vê a administração de Elmo Serejo?

— Verificou a Associação Comercial que muito acima da sucessão governamental por um brasileiro, o importante era defender a velha aspiração, também nascida naquela Casa, e depois fomentada pelo atual presidente Lindberg Curi, da representação política para

o Distrito Federal, de tal modo que o povo tivesse voz na Câmara e no Senado e através de uma Assembleia Legislativa ou Câmara de Vereadores. Somente por meio desse mecanismo se poderia policiar os atos da administração que, infelizmente, nesta gestão têm sido apenas dedicados às obras de embelezamento e entretenimento, com prejuízo acentuado para as realizações de infra-estrutura, tais como transportes coletivos, água, esgoto, educação, policiamento e dezenas de outras prioridades.

— E quanto ao Memorial, é de fato o som de um milhão de vozes?

— Acho que a continuação do movimento, ora encampado pelos signatários do documento, entregue anteontem ao senador Petrólio Portella, é válida, porque é uma força a mais dentro de uma evidência. Tenho-o, no entanto, como elitista e posto em linguagem gongórica. O povo, quando lê "escrínio", "mancheia", "estuância", "clarinada", "encarte", etc., pode pensar que se trata de palavreado ou campanha pela redução do preço da cebola.

— Não é, portanto, a voz do povo?

— Vê-se na relação dos subscritores a predominância das entidades representativas da corporação patronal. A suada e sofrida população das cidades-satélites, os sindicatos de empregados e associações a eles ligados ficaram de fora. O que o povo quer mesmo é ter os seus candidatos e neles votar. E isto se consegue com eleições livres para Brasília. Esta seria a maior conquista de uma população discriminada e esquecida que até hoje só recebe ordens, encargos, e não participa de nada.